

A EDUCAÇÃO INFANTIL E A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA

Josilene Galdino de Oliveira

Licenciatura em Pedagogia – UFPB.

<http://lattes.cnpq.br/9336856219352431>

<https://orcid.org/0009-0005-9867-0700>

E-mail: Josilene.gal@hotmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2021.EEN2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2021.EEN2-08>

RESUMO: A contação de histórias é uma prática pedagógica essencial na Educação Infantil, oferecendo uma maneira lúdica e envolvente de promover o desenvolvimento linguístico, cognitivo e emocional das crianças. Este trabalho propõe-se a analisar como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) abordam e orientam a contação de histórias neste contexto educacional. Conclui-se que há uma lacuna no reconhecimento e na orientação da contação de histórias nos documentos oficiais, o que destaca a necessidade de uma revisão e atualização para garantir sua integração efetiva no currículo da Educação Infantil. Espera-se que este estudo contribua para uma maior valorização e entendimento da contação de histórias como uma prática educacional fundamental na formação das crianças na Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Docência. Educação Infantil.

CHILDHOOD EDUCATION AND STORY TELLING

ABSTRACT: Storytelling is an essential pedagogical practice in Early Childhood Education, offering a playful and engaging way to promote children's linguistic, cognitive and emotional development. This work aims to analyze how the National Curricular Reference for Early Childhood Education (RCNEI) and the National Common Curricular Base (BNCC) approach and guide storytelling in this educational context. It is concluded that there is a gap in the recognition and guidance of storytelling in official documents, which highlights the need for review and updating to ensure its effective integration into the Early Childhood Education curriculum. It is hoped that this study will contribute to a greater appreciation and understanding of storytelling as a fundamental educational practice in the training of children in Early Childhood Education.

KEYWORDS: Reading. Teaching. Child education.

INTRODUÇÃO

A Constituição brasileira de 1988 reconhece como direito das crianças o acesso a creches e pré-escolas, sendo um dever do Estado garantir a Educação Infantil (BRASIL, 1988). Essa foi uma importante conquista conjunta, resultado da luta de diversos movimentos sociais, entre eles, comunitários, femininos, trabalhadores, de

redemocratização do país e profissionais da educação (BRASIL, 2010), que culminou na alteração da estruturação de ensino no país.

Dadas essas mudanças na estrutura da Educação Básica do Brasil, pesquisadores têm se empenhado nos estudos voltados à Educação Infantil, propondo novas percepções a respeito da educação de crianças pequenas em espaços coletivos. Em especial, as discussões ocorrem em torno das diferentes formas de orientar as crianças entre zero e três anos de idade nas creches, assim como das metodologias desenvolvidas nas práticas pedagógicas destinadas às crianças na faixa etária entre quatro e cinco anos, de forma que tenham seu desenvolvimento físico, psicológico e intelectual garantidos, sem, no entanto, serem expostas e cobradas pelos objetos de conhecimento a serem abordados no Ensino Fundamental (BRASIL, 2010). Dessa forma, pode-se ponderar que a proposta das etapas da Educação Básica do Brasil considera objetivos de ensino, a serem abordados em sala de aula, de acordo com a faixa etária dos estudantes.

A EDUCAÇÃO E A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA

As aprendizagens fundamentais que devem ser trabalhadas com todos os alunos das redes municipais, estaduais e privadas, no decorrer da Educação Básica, atendendo as normativas do Plano Nacional de Educação (PNE), estão contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos diversos currículos locais das diferentes redes ou sistemas de ensino público ou privado (BRASIL, 2017). A BNCC, como o próprio nome sugere, é um documento basilar oficial pertencente ao governo federal do Brasil e está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), tendo sido construída para consolidar as proposições dispostas na Resolução de nº 4, de 13 de julho de 2010, da Câmara da Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) Gerais da Educação Básica.

De acordo com Macedo (2018) e Brunieri (2022), a BNCC não é um currículo de ensino, porém pode ser erroneamente interpretada como tal, uma vez que detalha os conhecimentos essenciais que os alunos, devidamente matriculados na Educação Básica, em nível nacional, devem aprender de acordo com as competências e habilidades

dispostas por área do conhecimento, componente curricular e ano(s) escolar(es). Trata-se de um guia, porém não é permitido às instituições de ensino desconsiderarem suas determinações.

Cada instituição de ensino deve planejar seus currículos englobando fundamentalmente as competências e diretrizes contidas na BNCC, entretanto, cada escola tem a autonomia para trabalhar de acordo com as propostas pedagógicas dos professores envolvidos e peculiaridades regionais (BRASIL, 2017). Na prática, é corriqueiro encontrar profissionais que adotam unicamente competências e habilidades estabelecidas no referido documento como se este fosse um currículo de ensino (BRUNIERI, 2022). Entende-se que, nestes casos, os fundamentos da BNCC são interpretados de maneira errônea ou equivocada.

Espera-se que, ao elaborar um currículo de ensino, os conteúdos a serem trabalhados com os estudantes em cada etapa sejam detalhados, sendo sua composição não apenas uma mera lista de tarefas a serem executadas pelo educador em um determinado intervalo de tempo, mas uma seleção de pontos fundamentais para a construção do ser humano em desenvolvimento, abarcando influências socioculturais do grupo ao qual os estudantes estão inseridos (BRUNIERI, 2022), de maneira a atingir o propósito educacional.

Nesse contexto, a BNCC tem por objetivo auxiliar na garantia da equidade das aprendizagens mínimas que todos os estudantes receberão dos sistemas, redes e escolas, processo que excede a garantia do acesso e permanência nas instituições educacionais. Tais aprendizagens devem ser desenvolvidas no decorrer da Educação Básica, de forma a assegurar que todos os discentes sejam capazes de desenvolver as dez competências gerais, que constam nesse documento basilar.

Diante das normativas que regem as bases dos conteúdos a serem abordados na Educação Infantil e o contexto histórico que a sociedade global está vivenciando, nunca foi tão importante o gerenciamento de saberes e competências que venham a agregar conhecimento ao ser humano em construção, que irá enfrentar o mundo em processo de globalização, em que tanto se exige do profissional no mercado de trabalho, assim como em suas relações interpessoais.

Nesse contexto, a pedagogia e o ensino contemporâneos objetivam formar o indivíduo em sua integralidade e, para tanto, faz-se necessário a atuação de profissionais capazes de atender as atuais demandas no âmbito educacional (BRASIL, 2018). Daí a importância de investir em programas de capacitação voltados aos profissionais da educação. Ao realizar cursos de capacitação e formação continuada, os docentes aprendem diversas maneiras de articular teoria e prática, bem como diferentes recursos didáticos que favorecem sua ação docente e, espera-se, também, a aprendizagem discente.

Enquanto recurso didático e prática pedagógica, a contação de histórias deveria acontecer sempre prezando pela ludicidade na Educação Infantil, uma vez que é considerada uma grande estratégia para a construção da linguagem oral e escrita, leitura de mundo e aquisição de processos comunicativos dialógicos de reconhecimento de cada ser humano na sociedade (TORRES, 2008). A narração oral, pela qual a contação de história se efetiva, contribui, de maneira significativa, para o desenvolvimento sociocultural do indivíduo.

As histórias podem ser contadas em oficinas inspiradas em relatos de temas relevantes para a formação cidadã da criança. Contudo, muitas dificuldades, por um lado, de aprendizagem são encontradas quando estamos diante de uma turma com várias crianças de contextos sociais, econômicos e emocionais diferentes (TORRES, 2008; MENEZES, 2020) e, por outro, de prática docente, uma vez que, lidar com essas diferenças, requer-se do docente conhecimentos e planejamento de sua ação didática. Por isso, é importante, sempre, o desenvolvimento profissional, por diferentes meios, do professor. Assim, uma busca por (novas) estratégias de ensino se faz necessária, a fim de potencializar o desenvolvimento infantil por meio de práticas artísticas, entre elas, a contação de história.

A contação de histórias, vista por muitos, equivocadamente, apenas como atividade de preenchimento de tempo ou como mero passatempo, tem, na realidade, grande contribuição para o desenvolvimento das múltiplas aprendizagens das crianças. O ato de contar histórias é uma prática milenar, usada pelo homem desde os tempos remotos, que desenvolve a cognição, instiga a imaginação, a criatividade e desperta emoções nas crianças. Quando a criança escuta histórias, ela se torna inventora de leituras variadas e

capaz de inventar as próprias histórias. Essa prática deve se fazer presente na rotina de atividades da Educação Infantil, porém, para isso é preciso pensar em como ela pode favorecer o processo de aprendizagem e formação leitora da criança.

Refletindo sobre a potencialidade da contação de histórias para o desenvolvimento infantil, comecei a questionar-me, a partir de minha experiência na Educação Infantil, sobre tal prática e sua relevância didática. Por isso, estabeleci como pergunta de pesquisa: “o que é e como deve ocorrer a contação de história na Educação Infantil?”. Vale também destacar que a motivação por esse tema não é casual, está ligada também a minha própria história pessoal, conforme descrevo na sequência.

Nascida em 12 de junho de 1996, na cidade de Belém, no estado da Paraíba, dei início à minha trajetória escolar aos sete anos de idade. Esse foi meu primeiro contato direto com uma instituição de ensino, a escola Cláudio Cantalice Viana, da rede pública, que só recebia crianças a partir da faixa etária em que eu ingressei. Foi lá que concluí a antiga “Alfabetização”, que hoje corresponde ao 1º ano do ensino fundamental. No mesmo local, cursei também da 1ª à 4ª série.

Os anos que se seguiram na educação básica, também foram percorridos em escolas públicas. Então, quando fui prestar vestibular para ingresso no ensino superior, tive a oportunidade de optar por bolsa em faculdades privadas ou pela universidade pública. Escolhi a universidade pública, onde iniciei, em 2017, o curso de Pedagogia, no Campus III da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em Bananeiras. Dessa forma, meu contato, até aqui, foi puramente com instituições públicas e, mesmo tendo consciência de que melhorias devem ser implementadas, o ensino público me proporcionou diversas vivências imprescindíveis para o meu aprimoramento enquanto pessoa, estudante e futura profissional da educação.

Apesar da escolha do curso de graduação, na época em que principiei, não estava certa de que, de fato, iria até o fim do curso, por acreditar que a área selecionada era repleta de incertezas. Porém, com o decorrer das disciplinas do primeiro semestre, tive o privilégio de explorar as diferentes áreas de atuação do pedagogo e, logo, percebi o amplo mercado de trabalho que me aguardava. Decidi, então, que daria continuidade ao caminho escolhido.

Alguns resgates da infância também me auxiliaram na decisão de prosseguir com o curso. Quando criança, amava brincar de escolinha. Mesmo antes de saber ler, já lia as imagens dos livros que eu tinha acesso para os alunos imaginários. E, depois de alfabetizada, tinha prazer em realizar a leitura de livros diversos, inclusive a bíblia para os meus avós, que não foram alfabetizados.

Então, mesmo diante das limitações que encontrei no percurso, uma vez que trabalhava como vendedora na época, passei a empregar esforços para me apropriar ao máximo dos conteúdos ministrados nas disciplinas. Lembro-me das leituras e atividades que realizei no caminho para casa ou para a universidade. Não havia tempo a ser desperdiçado!

Em meados de 2018, conheci o projeto de extensão “Cursinho pró-ENEM”, no próprio campus III, pelo qual me interessei e me propus a ajudar, sendo motivada pela gratidão por ter sido anteriormente beneficiada pelo mesmo projeto, no próprio campus. Então, participei da seleção para professora de redação e obtive êxito, fui aprovada. A experiência foi inexplicavelmente rica e um marco na minha futura profissão, pois foi meu primeiro contato com a docência.

Lecionei no cursinho por um ano e seis meses, porque precisei mudar para a capital da Paraíba, João Pessoa. Como desconhecia o processo de transferência da UFPB, ingressei no Campus I por meio do processo de reopção de curso, porém selecionando a mesma graduação, ou seja, Pedagogia. Entretanto, logo após o primeiro semestre no Campus I, a humanidade sofreu com o avanço do número de casos da COVID-19, o que nos obrigou a manter distanciamento social, e, por consequência, as aulas presenciais deram lugar ao ensino remoto.

Quando as autoridades decidiram que era o momento seguro para retornarmos às atividades presenciais, embora diante de “um inédito cenário normal”, eu resolvi trancar a matrícula na UFPB e investir em um curso profissionalizante. Só retornei ao curso de pedagogia em agosto de 2022.

Nesse semestre, dentre as disciplinas ofertadas, me matriculei em “Linguagem e Interação”, ministrada pelo Prof. Hermes Talles, a qual teve significativa contribuição para o meu crescimento acadêmico, em que pude compreender a linguagem numa

concepção interacionista, que articula a linguagem ao contexto cultural e social.

Outra experiência que estou vivenciando é a participação no “Programa Residência Pedagógica”, cujo principal objetivo é permitir que o aluno, na interface com os Estágios Supervisionados, tenha experiência na regência de sala de aula, ao passo que também possa realizar intervenção pedagógica planejada (BRASIL, 2018).

Dessa maneira, a escolha do tema do meu Trabalho de Conclusão do Curso, se deu a partir das lembranças da minha relação com os livros na infância, das observações feitas no estágio na Educação Infantil e, também, da experiência que tive como professora de Educação Infantil, numa pequena escola de bairro na cidade de João Pessoa-PB, quando notei que as crianças interagem de forma significativa com a contação de histórias. Verifiquei que elas se expressaram tanto verbal quanto fisicamente quando expostas à atividade de contação de histórias pela professora em sala de aula. Notei, na prática, que a ação de contar histórias para o público em questão os instiga a pensar, criar e desenvolver o senso crítico, além de tornar a leitura dinâmica e prazerosa. Nesse processo, para além do ganho no desenvolvimento cognitivo (TORRES, 2008), verifica-se a contribuição para a formação do futuro leitor e vida social dos alunos.

Diante disso, tendo estabelecido a temática que queria investigar. Estabeleci como objetivo geral analisar como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e a BNCC compreendem e orientam o trabalho com contação de histórias na Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contação de histórias é uma abordagem pedagógica que utiliza a narrativa como um recurso lúdico principalmente para desenvolver o gosto pela literatura enquanto arte, por meio de sua vivência, experiência e experimentação. Logo é uma prática que requer planejamento para sua realização. Não se trata, portanto, de apenas escolher um livro e lê-lo para as crianças, oralizando o texto escrito e mostrando-lhes as imagens ou ilustrações nele presentes. É preciso envolver e garantir que as crianças participem ativamente do processo de escuta. Por isso, no planejamento, é necessário articular o conteúdo da história contada ao local em que tal prática ocorrerá, pensar em estratégias

para sua encenação, no sentido, da leitura expressiva ou mesmo da dramatização do texto, além de cuidar do ritmo e do destaque dos trechos da história lida.

Sem dúvida, a contação de histórias promove, também, o desenvolvimento de conhecimentos diversos e estímulo significativo à imaginação das crianças. Essa prática desempenha um papel relevante no desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional dos alunos na etapa da Educação Infantil, pois como, conforme entendemos, a luz dos documentos oficiais, essa etapa tem foco educativo e não meramente assistencialista, como outrora. Por isso, trata-se de um recurso valioso para despertar o senso crítico e reflexivo das crianças, bem como para estimular o interesse pela leitura e instigar a imaginação por meio da construção de imagens, permeando por entre os planos da realidade e ficção. Para além destes ganhos, favorece a interação sociocultural nas crianças de forma lúdica e significativa não só com sua cultura, mas com aquelas presentes nas diferentes narrativas contadas. Por isso, mais uma vez, destacamos que se trata de uma prática potente que requer planejamento e articulação pedagógica.

Também podemos destacar que essa prática, na Educação Infantil, permite a criação de condições favoráveis para que as crianças construam conhecimentos, explorem o mundo ao seu redor, interajam com seus pares e desenvolvam habilidades fundamentais para sua formação. Isso envolve estimular a curiosidade, a criatividade, a autonomia, a expressão oral e artística, além de promover o desenvolvimento de habilidades socioemocionais importantes.

Apesar da contação de histórias estar, em alguns momentos, presente nas práticas desenvolvidas na Educação Infantil, a análise dos três volumes do RCNEI e da BNCC nos permitiram constatar que tais documentos não fazem menção nem considerações específicas a respeito da contribuição dessa prática nessa etapa da Educação Básica. Isso, de certa forma, chamou nossa atenção, pois, na instituição em que fizemos nosso estágio supervisionado, observamos que, a sua maneira, os professores e profissionais da Educação Infantil empregam-na em muitas situações. Logo, esperávamos encontrar explicitamente nesses documentos alguma orientação sobre essa prática.

Os três volumes do RCNEI, após nossas análises, permitiram-nos observar que, quanto referem-se atividades próximas do que entendemos por contação de histórias,

tendem a ver, majoritariamente esta prática do ponto de um recurso didática para promoção de certos conhecimentos ou atingimento de certos objetivos de ensino, não se trata de promover contato, experimentação, ou gosto pela arte literária. Com isso, parece que o gosto pela literatura será desenvolvido tacitamente, sem muita intencionalidade pedagógica. Todavia, o RCNEI destaca a relevância de escolher histórias que enalteçam tanto a cultura brasileira quanto as diversas culturas existentes na sociedade, promovendo, assim, a formação da identidade cultural das crianças.

A nosso ver, a BNCC se baseia diretamente nos RCNEI. No âmbito da área de Linguagens, a BNCC reconhece que a contação de histórias é responsável por ampliar o repertório cultural das crianças, fomentar a interação entre elas, estimular o desenvolvimento do pensamento, bem como incentivar a imaginação e a criatividade, contudo essa percepção está fora da parte que trata da Educação Infantil, pois aparece no Ensino Fundamental. Logo, mais uma vez, não há para a etapa que estamos analisando, explicitação do que se entende e do que seja essa prática. Com isso, novamente causa-nos estranhamento, uma vez que, como já dissemos, ser bastante comum encontramos práticas ditas como contação de histórias na Educação Infantil.

Nossas análises da BNCC também nos permitiram observar que, mais uma vez, os trechos que, a nosso ver, podem estabelecer certa relação com a contação de histórias não consideram seu potencial de desenvolvimento do gosto pela literatura através da experiência da arte literária. O foco não é a literatura, mas, sim, o desenvolvimento de conhecimentos relativos à modalidade escrita ou um recurso para se atingir outros objetivos de ensino.

Gostaríamos de destacar que, ao não tratar das especificidades relativas à contação de histórias, tais documentos não contribuem para que os profissionais da educação que a empregam percebam sua relevância como atividade enriquecedora e constituinte da identidade cultural e, também, promotora da intelectualidade, reflexividade e criticidade das crianças. Além disso, não incentivam que tal prática precisa ser planejada para conseguir promover a ligação entre crianças e literatura. Assim, por um lado, perde-se uma oportunidade de contribuir com a potencialidade dessa prática nas instituições de ensino e, ao mesmo tempo, de ampliar a noção de que contar histórias é diferente de ler

histórias; por outro, de modificar a noção de que essa prática seja uma atividade de preenchimento de espaços vagos que não requer planejamento prévio, o que não contribui para seu entendimento como uma prática relevante para o processo de ensino e aprendizagem.

Embora os documentos oficiais não enfatizem a relevância da arte de contar histórias na Educação Infantil, após investigação da literatura pertinente, verificamos a importância da contação de histórias como uma estratégia pedagógica eficaz nessa etapa do processo educativo. Após a construção desse trabalho, consideramos que a contação de histórias pode contribuir de forma abrangente para o desenvolvimento integral das crianças, englobando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e linguísticos. As histórias oferecem às crianças, desde muito jovens, a oportunidade de expandir seu vocabulário, desenvolver habilidades linguísticas, aprimorar a compreensão oral e a expressão verbal, atuando como um recurso para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita na Educação Infantil. A contação de histórias vai além, articula isso ao desenvolvimento integral das crianças, através da interação sociocultural com os temas e com o conteúdo presente nas diferentes narrativas contadas às crianças.

Além do exposto, em um momento histórico em que tantas políticas inclusivas têm sido discutidas, a contação de histórias pode ser uma importante estratégia também para desenvolver, através da arte literária, o respeito às diferentes perspectivas, de forma acessível e adequada para as crianças pequenas, pois promover a empatia e a cooperação entre os estudantes de uma forma lúdica. Por meio das histórias, é possível abordar temas de grande relevância, como a valorização da cultura, da diversidade e das tradições, promovendo o respeito à pluralidade cultural, bem como combatendo estereótipos e preconceitos, sem, com isso, assumir um caráter de ensino e necessidade ser aprendido pelas crianças. Isso não quer dizer que a literatura e a contação de histórias devam ser usadas com essa intencionalidade, mas podem ajudar a desenvolver esse conhecimento socioemocional nos pequenos.

Destacamos que o presente trabalho pode contribuir para que a prática de contação de histórias seja desenvolvida de forma mais coerente com seu potencial formativo e, também, modificar a compreensão corriqueira do que ela seja e como se concretiza no

espaço educacional. Por fim, esperamos, também, que, em edições futuras, os documentos oficiais revejam o conceito dessa prática, destacando sua relevância e importância para o desenvolvimento intelectual, social e emocional dos estudantes e não só das crianças da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União – Seção 1, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988>>.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, DF, 13 de julho de 1990. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990>>.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Volume 1: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v. il.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Volume 2: Formação pessoal e social. Brasília: MEC/SEF, 1998; 3v. il.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Volume 3: Conhecimento de mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998; 3v. il.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>.

BRASIL. Universidade Federal da Paraíba. **Manual do Programa Residência Pedagógica Para Residentes, Para Preceptores** – UFPB/CCHSA. Bananeiras/PB, 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei Nº 13.005, de 25 de junho de**

2014. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de Contação de Histórias.** Brasília, 2021.

BUSATTO, C. **A arte de contar histórias no século XXI: tradição e ciberespaço.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CARVALHO, M. E. Afinal, quem é esse contador de histórias? Reflexões, dinâmicas e exercícios que estimulam sua descoberta. **Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.** Universidade Federal do Piauí, teresina, v. 3, n. 2, p. 19-32, 2015.

CASCUDO, L. C. **Contos Tradicionais do Brasil.** 12^o ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FIGUEIREDO, M. do S. F. V. **Contadores de Histórias: Tradição e Atualidade.** 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2005.

MACHADO, R. **Acordais – Fundamentos Teórico-Poéticos da Arte de Contar Histórias.** São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2004.

MELLO, A. P. B.; SUDBRACK, E. M. Caminho da Educação Infantil: da Constituição de 1988 até a BNCC. *International Journal of Higher Education*, v. 5, e019031, p. 1-21, 2018.

MENEZES, J. A.; BOTELHO, S. S.; SILVA, R. A.; SANTOS, A. C. H.; LEÃO, D. S. S.; CANALES, V. F.; SILVA, H. L.; SILVA, I. N. F.; SANTOS, B. V. A contação de histórias no Instagram como tecnologia leve em tempos pesados de pandemia.

Psicologia & Sociedade, v. 32, e020012, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/tvYzGZyN7SrBFNWzySWtcPv/?format=pdf&lang=pt>>.

MORIN, E. **Amor, Poesia, Sabedoria.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PRIETO, B. **Contadores de Histórias: um exercício para muitas vozes.** Ed. 1. Rio de Janeiro: Prieto Produções Artísticas, 2011.

Submissão: dezembro de 2020. Aceite: janeiro de 2020. Publicação: abril de 2021.